



“Sou metade Maria, metade José”: uma história de vida (re)visitada na perspectiva de gênero

“I am half Mary, half Joseph” a life story (revisited from a gender perspective)

Isabel Cristina da Silva¹
Késia Aparecida Teixeira Silva²
Rafaella Cristina Campos³

RESUMO

Este estudo é fruto de reflexões empreendidas em espaços discursivos de pós-graduação em Administração em torno das perspectivas de gênero no campo social e organizacional. Vislumbrando avançar em tais reflexões, realizamos a presente pesquisa, que objetivou (re)contar a história de vida de Maria José (mulher, branca, lésbica, espírita e trabalhadora) à luz das discussões das desigualdades de gênero. Para viabilizar essa construção, buscamos especificamente: (i) conhecer a trajetória de vida familiar, social e profissional de Maria José; e (ii) investigar como ela vivenciou a passagem de uma sociedade patriarcal para o contexto contemporâneo e as experiências decorrentes. Procuramos empreender um diálogo analítico acerca das questões de gênero e suas implicações, sustentando a premissa de que esse debate está instituído em um contexto sócio-histórico que demarca a opressão, a subordinação e a inferiorização da mulher, bem como sua marginalização em relação ao homem. Em termos procedimentais, realizamos uma pesquisa qualitativa-biográfica, adotando o método de história de vida, viabilizada pela realização de entrevista em profundidade e construção de narrativas memoriais. Os resultados

¹ Professora Adjunta da Universidade Federal de Itajubá - UNIFEI, atuante no Instituto de Engenharia de Produção e Gestão. Doutora em Administração - área de Organizações, Gestão e Sociedade - pela Universidade Federal de Lavras - UFLA (2015) e mestre em Administração - área Gestão Estratégica, Marketing e Inovação - pela Universidade Federal de Lavras - UFLA (2011). Especialista em Gestão de Pessoas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas Arcos (2008) e graduada em Administração pela mesma instituição (2006). Membro do Laboratório de Estudos Transdisciplinares em Administração (LETRA - UFLA). Atuou como professora Assistente da PUC Minas Arcos no curso de graduação em Administração e na pós-graduação em Gestão de Pessoas IEC/PUC Minas. Foi coordenadora de Extensão do campus Arcos no período de 2013 a 2014. Possui experiência de orientação nas áreas de Administração geral, Marketing, Gestão de Pessoas e Estudos Organizacionais. Possui interesse em pesquisar as seguintes temáticas: trabalho (teoria e prática, vivências de prazer/sofrimento e patologias), relações de poder, gênero e diversidade, ensino em administração e administração pública, gerencialismo e gestão social, aglomerações produtivas e estratégias organizacionais.

² Doutora em Administração e Mestre pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), na linha de pesquisa de Org. Gestão e Sociedade. Possui Especializações em Gestão de Pessoas e Graduação em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de MG eM Arcos – MG. Membro do grupo de pesquisa NEORG (Núcleo de Estudos em Organização, Gestão e Sociedade na UFLA. Profa. e Coordenadora de Pesquisa no Centro de Administração da Puc Minas-Arcos.

³ Rafaella Cristina Campos Psicóloga, Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais Aplicadas (UFLA), Assessora Estratégica Gestão & Gente (CNPJ) E-mail: rafaella_ccampos@hotmail.com

revelam que Maria José enfrentou crises de identidade de gênero nas relações entre o masculino e o feminino e vivenciou repressões e preconceitos nos vários núcleos - na família, na vida social e no trabalho, entretanto, neste último menos expressivamente se comparado aos primeiros.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Mulher. Homossexualidade. História de Vida

ABSTRACT

This study is the result of reflections undertaken in the classroom and our experience as a master's and doctoral student of a postgraduate course in Administration. Guided by these debates and with the purpose of advancing these reflections, the present research was carried out, which aimed to recount the life story of Maria José (woman, white, lesbian, spiritist and working woman) in the light of the discussions of gender inequalities. In order to make this construction feasible, we sought to know the trajectory of family, social and professional life of the social actress and to investigate how she experienced the transition from a patriarchal society to the women's century. We seek to undertake an analytical dialogue about gender violence and its implications, sustaining the premise that this debate is set in a historical context that emphasizes female inferiority and marginalization. The methodological horizon that guided our research was the history of life, made possible through in - depth interviews and memory narratives, treated through discourse analysis.

KEYWORDS: Gender. Life History. Femininity. Masculinity.

* * *

Aspectos Introdutórios

Desde a sua formação como um campo interdisciplinar nos anos 1970, os estudos sobre gênero têm travado importantes debates, que vão além da constatação de que as sociedades estabelecem significados distintos para o masculino e o feminino. É prudente destacarmos que quando se fala em gênero, como recorte específico para refletir o masculino e o feminino nas relações sociais, não se pode reduzi-lo a um dado biológico, haja vista que nos referimos a um fenômeno histórico, político, cultural, social, cujas demarcações foram socialmente construídas nas relações múltiplas entre homens e mulheres. Portanto, gênero (enquanto categoria analítica) diz respeito às formas como cada sociedade constrói significados a respeito das diferenças sexuais e estrutura as relações entre homens e mulheres (SCOTT, 1989; SOIHET, 1997). Trata-se de uma “categoria social imposta sobre um corpo sexuado (...), é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1989, p.60), rumo à conscientização das lutas das mulheres por igualdade e reconhecimento em todos os setores da sociedade, e nos mais variados formatos de lutas feministas – arte, política, poesia, música, academia (SARMET, 2018).

Cumpre aludirmos que os estudos sobre gênero ganharam força e

proeminência por diferentes caminhos, sendo um deles os estudos feministas e pesquisas universitárias, que pretendiam deslocar a mulher das referências e das notas de rodapé e incorporá-la ao corpo dos trabalhos como o sujeito-objeto dos estudos. Outro ponto que favoreceu essa discussão, conforme destacado por Aranguren (1991), foram os movimentos sociais e os fortes apelos da sociedade para uma mudança de paradigma na concepção da mulher e sua condição de sujeito social. E como reforça Sarmet (2018), a própria luta e resistência da mulher em diferentes épocas e momentos históricos. A partir do século XX e XXI, os movimentos feministas ganham maior visibilidade e as mulheres iniciam uma longa caminhada na busca por igualdade, abrindo espaço para a proliferação de debates e discussões sociais mais amplas e complexas. No entanto, ainda que sejam percebidos avanços, tanto socialmente como teoricamente, no que tange as questões de gênero envolvendo a mulher e suas relações no campo social, reconhecemos os resquícios e as marcas patriarcais que ainda convenciam práticas de desigualdades, discriminação, opressão e outros “fantasmas” permeantes ao cotidiano feminino. A cultura patriarcal, seja nos modelos mentais/comportamentais e/ou nas práticas sociais, além de inviabilizar que homens e mulheres sejam considerados como indivíduos iguais em direitos, dificulta a edificação de uma sociedade plural, como diria Rubin (2017), sem hierarquia de gênero.

Diante dessa constatação, nosso objetivo com o estudo aqui descrito consiste em (re)contar a história de vida de Maria José (mulher, branca, lésbica, espírita e trabalhadora) à luz das discussões das desigualdades de gênero. Especificamente concentramos em: (i) conhecer a trajetória de vida familiar, social e profissional de Maria José; e (ii) investigar como ela vivenciou a passagem de uma sociedade patriarcal para o contexto contemporâneo e as experiências decorrentes. Procuramos empreender um diálogo analítico acerca das questões de gênero e suas implicações, sustentando a premissa de que esse debate está instituído em um contexto sócio-histórico que demarca a opressão, a subordinação e a inferiorização da mulher, bem como sua marginalização em relação ao homem. A esse respeito, Lombardi (2005) salienta que a posição (social/profissional) entre os homens e as mulheres foi e continua sendo hierarquizada em função da sobreposição do sexo

masculino em detrimento do feminino, em uma relação de dominação construída socialmente e que se remodela nos dias atuais. Em termos procedimentais, realizamos uma pesquisa qualitativa-biográfica, adotando o método de história de vida, viabilizada pela realização de entrevista em profundidade e construção de narrativas memoriais. Consideramos que a história de vida privilegia uma relação bastante específica entre o pesquisador e o sujeito em estudo, pressupondo para o primeiro a existência de vínculo e para o segundo a condição para promover a narrativa de sua história em um momento específico de sua vida (NOGUEIRA et al., 2017).

Em termos estruturais, este artigo encontra-se dividido em cinco itens que se seguem desde a introdução da pesquisa até sua conclusão. No primeiro item apresentamos as contextualizações que nos conduziram ao objetivo do estudo. No segundo item, norteamos a perspectiva teórica que nos serviu de embasamento. Posteriormente, no terceiro item, descrevemos o percurso metodológico seguido. No quarto item discutimos os achados em torno da biografia e história de vida de Maria José, correlacionando-a com as discussões de gênero. Finalmente, no quinto item tecemos as considerações finais que o estudo nos permitiu, seguido da descrição das referências bibliográficas utilizadas.

Um embalo nas construções históricas e sociais das relações de gênero

Quando se pretende desenvolver uma revisão histórica cumpre destacarmos que esta sempre está sujeita às percepções e interesses daqueles que contam e recontam os fatos, como afirmam Clark e Rowlinson (2004). Chartier, ao prefaciá-la obra de Norbert Elias (2001), argumenta que a questão da revisão histórica (dos fatos, práticas ou fenômenos) perpassa por três fraquezas fundamentais: (i) supõe um caráter único para os acontecimentos que se estuda e analisa; (ii) postula que a liberdade do indivíduo é fundadora de todas as suas decisões e ações; (iii) remete as evoluções principais de uma época às livres intenções e aos atos voluntários daqueles que têm força e poder. Desse modo, consideramos que este item não está imune a tais fraquezas e, justamente por isso, almejamos aqui discutir as construções históricas e sociais de gênero em uma perspectiva mais reflexiva,

concatenando contribuições de diversos autores e autoras que problematizam criticamente e trazem à tona as dimensões teórico-conceituais e que, ao nosso ver, refletem e refletem as práticas sociais em torno das relações de gênero.

História, Gênero e Mulher – um mergulho no oceano das desigualdades de gênero

Não é a primeira vez que o exercício de “voltar ao passado” ajudará a iluminar caminhos e clarear perspectivas (DEL PRIORE, 2006). Portanto, voltamos ao passado para denotar que o histórico das relações de gênero e as diferenças entre as civilizações provocaram as disparidades entre os sexos feminino e masculino (PERROT, 2007), que se configuram até os dias atuais, sob vieses diferentes. Stearns (2007) fornece fatos de que à medida que as civilizações se desenvolveram, a partir dos contatos e das limitações das trocas, as relações entre homens e mulheres, a determinação de papéis e as definições de atributos de cada sexo foram tomando forma e ganhando características essenciais que provocaram a disparidade entre os sexos. Assim, a dimensão histórica demarca a categoria de gênero como processo resultante da socialização de experiências vividas entre homens e mulheres que determinam a construção social dos corpos e a arbitrária divisão dos gêneros na sociedade (BEAUVOIR, 1949; SCOTT, 1989; FIGUEIREDO, 2001; PERROT, 2007; WITTIG, 2019; BUTLER, 2020).

Constatamos, em oposição à definição sexo/gênero, que sexo se refere às características puramente biológicas, enquanto a perspectiva de gênero se dá entre sujeitos historicamente situados, refletindo, pois, construções sociais embuídas de base material/simbólica/cultural e representam o processo da produção dos lugares de representação e de poder de homens e mulheres na sociedade. Beauvoir (1949) contesta as ideias do determinismo biológico, demarcando que há um caráter fundamentalmente social em torno do termo gênero e das diferenças baseadas no sexo. Em consonância, Scott (1989), refere-se a gênero como produto de aspectos psicológicos, sociais e culturais em torno do masculino/feminino, alimentado com base em símbolos, normas e instituições que definem modelos de masculinidade e de feminilidade e padrões de comportamentos aceitáveis ou não para homens e mulheres. Portanto, ao tratarmos de gênero não estamos diferenciando

características biológicas existentes entre o homem (pênis) e mulher (vagina), mas problematizando que essa diferença não deveria ser relevante no que se refere ao tratamento social desses na sociedade (SCOTT, 1989; STEIL, 1997; SOIHET, 1997).

Importa destacarmos que, ao longo da história, as relações de gênero foram marcadas por contextos de exploração e de dominação entre homens e mulheres, refletindo a supremacia do primeiro sobre o segundo (NOVO, 2003; ARANGUREN, 1991; SAFFIOTI, 2004; SOUSA; GUEDES, 2016). Essa relação de exploração se deve, em grande medida, aos postulados da sociedade patriarcal, que desde sua implantação, privilegiou interesses masculinos em detrimento dos femininos, constituindo, assim, um sistema de rejeição às mulheres enquanto classe e sujeito social.

Sobre a cultura patriarcal, pontuamos que preexistia a convicção de que as mulheres eram objetos ao invés de sujeitos, seres frágeis, irracionais, mas indispensáveis ao prazer dos homens e insubstituíveis no processo de reprodução (NOVO, 2003). De tal modo que o poder masculino delimitou a mulher como “a face oculta, sem voz, sem identidade”, mas ao mesmo tempo atraente, ou seja, objeto sexual da humanidade. Nesses termos, os homens como categoria social tinham liberdade, quase absoluta, pois desfrutavam de autonomia e conceito político coletivo, cujo significado era não necessitar pedir licença à outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos e seus interesses. Já as mulheres, como categoria social, digamos “invisível”, precisavam solicitar autorização da primeira categoria (SAFFIOTI, 2004; TOURAINE, 2007; CASTELLS, 2008).

Nessa discussão, Stearns (2007) acrescenta que nas sociedades patriarcais, os homens eram considerados criaturas superiores em todos os sentidos da vida social, com direitos legais que as mulheres não possuíam. A elas cabiam a arte de servir, preparar artesanato típico e fornecer sexo aos homens (FIGUEIREDO, 2001), além das obrigações e afazeres domésticos, que envolviam assumir as tarefas do casamento, da maternidade e da educação dos filhos, como salienta Cappellin (1989). Os homens mandavam, as mulheres obedeciam (STEIL; 1997; PERROT, 2007) e sob esse quadro social de dominação/subjugação as relações eram tecidas. Adicionalmente, Beauvoir (1949) aborda o drama da mulher nos

vários âmbitos da vida em sociedade, demonstrando como ao longo de sua história ela foi concebida como o “*Outro*”. A autora enfatiza que essa negação da mulher como o “*Outro*” a transformava em um ser inanimado, sem alma, desprovido de valor, ao passo que o homem era o sujeito absoluto. Ela reforça que, para São Tomás de Aquino, a mulher era um homem incompleto, um ser ocasional, e por mais que se avance na história, ela sempre estivera subordinada a ele.

As mulheres de modo geral, não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade, não apenas do acesso aos negócios, aos cargos políticos e de direção, à cultura e a educação, como também a do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer ou prazer. Pelo menos, não nas mesmas condições que os homens, conforme destacado nos escritos de Novo (2003). As mulheres viveram uma vida sem identidade e só muito recentemente conseguiram se posicionar como sujeitos sociais ativos (SARMET, 2018; CAMPAGNOLO; 2020).

Vale dizermos que, desde a antiguidade, ser mulher era sinônimo de pecado, como advoga Várzea (2003). Conforme a autora, a sociedade construiu teorias e regras que colocavam a mulher em posições subalternas e até pecaminosas. Quando importado para a época cristã, redundou na premissa de que a mulher era um ser acidental e falho, portanto, jamais poderia ser semelhante a Deus. No campo social, a regra consistia em: “Mulher boa era Mulher de família”, sabia bordar, agradar, parir, mas ler, nem pensar. Em complemento a essa perspectiva, Rago (2004) denuncia que elas eram excluídas do direito ao corpo e ao prazer sexual e sujeitas a preconceitos e tabus em torno da sexualidade, ou eram prostitutas ou santas. Ainda na concepção da referida autora, só muito recentemente...

(...) as mulheres passaram a usufruir do prazer sexual, a exprimir seus desejos, a conhecer o próprio corpo, a ler seus sinais e a interpretar suas mensagens, escapando à normatividade das interpretações femininas que anulavam sua sexualidade e desconheciam seu corpo (RAGO, 2004, p.39).

De tal modo, a inferioridade/subalternidade desse sexo foi provada na religião, na filosofia, na teologia, na ciência, na psicologia e na política (BEAUVOIR, 1949) e, somente a partir do século XX, a mulher inicia um processo de transição do espaço privado (lar/família) para o espaço público (social/trabalho),

assumindo-se enquanto sujeito atuante. Nesse ínterim, ser mulher deixou de implicar necessariamente conotações de natureza biologistas como gravidez e parto, rompendo com a ideologia da domesticidade (RAGO, 2004). Outrossim, movimentos e lutas sociais contribuíram para esse avanço, especialmente o feminismo, que ajudou a instituir reflexões críticas acerca das atitudes, discursos e preceitos sociais. Desde então, assistimos à participação e intervenção social da mulher nos espaços públicos e sua conseqüente emancipação, bem como o empenho de algumas camadas dessa mesma sociedade em prol da construção de um mundo fundado na equidade de gênero.

O século das mulheres – a virada feminina e feminista

A grande virada feminina e feminista do chamado “século das mulheres”, o século XX, foi o direito à existência (RAGO, 2004). Hirata (2002, p. 275) afirma que passar de temas de pesquisas em que “as mulheres são invisíveis enquanto atores sociais” para a consideração das relações sociais sexuadas sinaliza “efeitos de renovação teórica”. Alguns autores, inclusive, afirmam que a verdadeira revolução acontecida no século foi a revolução feminista, visto que esse movimento assinalou o começo de uma etapa em que as mulheres passam a ser reconhecidas como sujeitos (ARANGUREN, 1991) e começam a atuar no domínio público (PERROT, 2007). Conforme apresentou Castells (2008) as disputas travadas pelo movimento feminista permitiram que a mulher “**tomasse consciência**” (grifo nosso), de sua posição na sociedade, deixando de aceitar tacitamente a configuração e condição inferiorizada de sujeito social imposta pela massa masculina.

Schmidt (2004) analisa o feminismo no contexto cultural e político e o compreende a partir de quatro enfoques: (i) *feminismo como uma arena*, em que o discurso feminista abrange abordagens diversas nas quais diferentes vozes se intersectam: étnicas, sexuais, raciais, geracionais, religiosas, geográficas, etc.; (ii) *feminismo como campo teórico*, que consiste em romper com as dicotomias da relação teoria-prática; (iii) *feminismo como prática interpretativa*, que direciona novas interpretações; e (iv) *feminismo como um lugar político*, em que se busca rever e subverter lugares de poder, estabelecendo relações de redes horizontais e

transversais, que reorientam a ação/prática/praxis feminista. Para a autora, compreender o feminismo envolve vivenciá-lo em seu contexto, corroborando o que Sarmet (2018) problematiza ao tratar o feminismo lésbico e sua expressão de vida na experiência. Em uma abordagem mais crítica e contemporânea, Campagnolo (2019), Butter (2020), Wolf (2020) e outras tantas estudiosas refletem, interpretam e denunciam o caráter subversivo do feminismo, enquanto prática social de legitimação da violência contra mulher. Longe de desmerecer tais constatações em torno do feminismo, importa-nos, nesse momento, demarcar, a priori, o relevante papel que tal fenômeno social desempenhou, especificamente no campo do trabalho, ainda que com todas as ressalvas. Nessa discussão, Saffioti (2004) salienta que as lutas femininas foram responsáveis pela mudança de mentalidade social que repercutiu no aumento das mulheres nos postos de trabalho, reconfiguração do poder de voz e outras conquistas. Todavia, enquanto engenharia social, essas conquistas vieram acompanhadas de resquícios de opressão e violência simbólica ao feminino (CAMPAGNOLO, 2020).

Especialmente Perrot (2007) menciona sobre a participação das mulheres nas frentes de trabalho, contextualizando todo o histórico de exploração e discriminação que antecederam esse quadro. O envolvimento delas se deu inicialmente nas atividades rurais (camponesas) e, posteriormente na indústria, compondo associações e sindicatos, ONGs e, principalmente, o comércio. Com o avanço do terceiro setor, elas passaram a assumir novos cargos – vendedoras, secretárias, enfermeiras, professoras, todavia, ainda permeadas por restrições, preconceitos e tratamentos diferenciados em função do contexto histórico de suas representações sociais (HIRATA, 2002; WOOLF, 2020). A respeito dessa inserção das mulheres no campo profissional, Figueiredo (2001) contextualiza sobre as dificuldades das mesmas galgarem postos nobres de trabalho e chama a atenção para as remunerações desiguais entre homens e mulheres. Invariável é a convicção de que o trabalho feminino continua sendo mais barato e ainda pouco valorizado. Essa constatação é frequente na literatura sobre a força de trabalho feminina (PAULILO, 1987; WOOLF, 2020), uma vez que desde seu engajamento até os dias atuais as mulheres, em sua maioria, continuam compondo e assumindo funções menos qualificadas e com menor oportunidade de mobilidade ocupacional. Acerca

de tais questões, Georges (2008) acrescenta que as mulheres realizam atividades informais e ocupam cargos com baixos salários, diferentemente dos homens, com domínio em profissões do outro extremo da pirâmide. Outra constatação é a de que as mulheres de origem social mais privilegiada são menos discriminadas/marginalizadas/violentadas nas relações de trabalho se comparadas as mulheres de baixo prestígio social. Tais denotações indicam e sugerem os diversos graus de discriminação social aos quais as mulheres estão sujeitas. Nesses termos, Ribeiro (2004) alerta que no caso de mulheres negras, elas sofrem dupla discriminação, por serem mulheres e ainda por serem negras, pois além de receber menos que os homens, elas ainda recebem menos que as mulheres brancas e o trabalho delas acaba sendo caracterizado por ocupações precárias, serviço doméstico, constrangimentos, violência sexual e moral por parte dos empregadores, jornada de trabalho escravizante e salários irrisórios.

Em uma perspectiva positiva, Cappellin (1989) sugere que, independente de caracterizações e diferenciações, a inserção da mulher no trabalho profissional provocou grandes mudanças, especialmente observáveis na organização familiar e na vida social, uma vez que caminham de uma posição de anonimato para a posição de sujeitos representativos em diferentes instituições, assumindo várias identidades (mãe, mulher, trabalhadora, etc.). Por exemplo, na família elas não deixaram de ser as “responsáveis pelo lar”, além de carregarem a maior responsabilidade sobre a criação e educação dos filhos. Na esfera social, e sob os auspícios de feminismo perverso e subversivo, as mulheres para garantirem a manutenção nesse espaço social se adestram no “culto” à beleza, mantendo-se lindas, bem vestidas, na moda, maquiadas, transfiguradas, etc. Sem contar que, mesmo com a dupla/tripla jornada de trabalho, elas precisam estar sempre cheirosas, sorridentes e bem dispostas (TOURAINÉ, 2007), compondo outro quadro de subjugação aos estereótipos sociais que Wolf duramente criticou em sua obra “O mito da beleza” (2020).

A partir de tais constatações e entendendo a reviravolta feminista, algumas provocações nos martelam. Será que os movimentos sociais, em especial o movimento feminista, contribuíram de fato para se avançar da concepção de uma sociedade patriarcal para uma sociedade que tende a uma igualdade de gênero?

Terá sido esses movimentos uma conquista ou mera utopia, ou regressão? O fato é que mesmo que a sociedade tenha demonstrado avanços na concepção de gênero, ainda prevalecem práticas que reforçam a cultura patriarcal e o desrespeito e a violência ao feminino, entretanto sob novas e diferentes roupagens. Ainda assim, nos valendo de Perrot (2007), nos esforçamos para acreditar que o desenvolvimento da história das mulheres caminha em direção à emancipação, ainda que sutilmente. Vale dizermos também que essa “história” desencadeou outras mudanças sociais, dentre elas a manifestação de gays e lésbicas como atores sociais, e não mais como categoria excluída, além de ainda ter trazido à tona a questão da revolução sexual e seu ideal de quebra de tabus e tentativa de afirmação da mulher como sujeito de uso de sua sexualidade em uma sociedade marcada pela ideologia de dominação masculina. Além do mais, esse processo histórico permitiu a conscientização social e a reconstrução da personalidade da mulher (CASTELLS, 2008).

Não reconhecer essas transformações sociais é, em partes, negligenciar os fatos legítimos de mudança da sociedade, pois não há como negar as contribuições dos movimentos sociais humanistas e feministas na alteração das relações de gênero. Todavia, desmerecer os desdobramentos negativos desse processo que pesam à própria identidade e subjetividade da mulher é, no mínimo, irresponsável. A evolução se manifestou, algumas conquistas são legítimas, no entanto, há um longo caminho a se percorrer rumo a construção de uma “nova” sociedade, pautada na igualdade e na justiça social de gênero, haja vista que os efeitos deletérios do sistema patriarcal ainda permanecem vivos, inviabilizando expressões especialmente em torno das desigualdades e diversidades de gênero.

Cinquenta tons de Rosa e Azul: as diversidades de gênero e suas configurações

A diversidade vem se caracterizando como um tema relevante dos estudos organizacionais, além de se constituir em um campo profícuo no debate de gênero. Essa discussão é, em parte, uma resposta à crescente diversificação da sociedade (COX; BLAKE, 1991; NKOMO; COX, 1999). Na concepção dos referidos autores a diversidade é considerada, como um produto emergente de um processo histórico

de classificação e atribuição de características que distinguem pessoas, grupos, comunidades e sociedades e que oferecem justificativas para suas posições sociais diferenciadas.

Constatamos que a expressão diversidade evoca concepções de diferenciação dos sujeitos sociais em função do gênero, raça, etnia, idade, orientação sexual, religião, habilidades físicas, dentre outras categorizações. Contudo, sob o discurso de gênero essas diferenciações não podem refletir práticas discriminatórias na sociedade. Todavia, o quadro social vem apontando que tais categorizações acabam por produzir/instigar contextos e práticas discriminatórias e violentas. Os negros, as mulheres, os deficientes, os obesos e demais caracterizados como diversos são estigmatizados em função de suas características físicas e mentais, enquanto que os homossexuais, bissexuais, transgêneros, transexuais, queer's o são pela percepção social de desvio de conduta moral pelo campo sexual. Essas práticas discriminatórias assistidas na sociedade configuram a problemática da desigualdade de gênero e a conseqüente violência de gênero. Nas palavras de Cabral e Diaz (1999, p.144), conferem um fenômeno estrutural com raízes históricas, complexas, instituídas “social e culturalmente de tal forma, que se processa cotidianamente de maneira quase imperceptível e com isso é disseminada deliberadamente, ou não, por certas instituições sociais como escola, família, sistema de saúde, igreja, etc.”

No tocante à diversidade de orientações sexuais, Irigaray e Freitas (2009) preconizam que essa vem sendo negligenciada e mascarada, ainda que a sexualidade constitua uma questão pública e organizacional, por delinear o comportamento de homens e mulheres, construir expectativas, definir posições, acesso a cargos, bem como privilégios. O que ocorre é que, socio-historicamente, os homossexuais de ambos os gêneros têm sido alvo de atitudes discriminatórias e violentas (FREITAS; DANTAS, 2012), tanto no campo familiar, como socioprofissional. A rigor, a crença na superioridade da orientação heterossexual, ou seja, a heteronormatividade acaba estigmatizando, negando e denegrindo toda e qualquer manifestação cultural não-heterossexual, desde a realização de casamentos civis e religiosos até a própria demonstração de afeto em público e na

mídia, em função do que Rubin (2017) denomina de institucionalização do ideal heterossexual. Em suas obras “O tráfico de mulheres”, de 1975, e “Pensando o sexo”, de 1984, a autora inaugura a reflexão sobre o assunto na antropologia e nas humanidades e, posteriormente, em trabalhos subsequentes explora melhor as relações entre sexualidade e gênero, defendendo a liberdade e a diversidade sexual, ainda que mais difíceis quando referentes ao gênero feminino.

Navarro Swain (2004) argumenta que entre a sexualidade, o gênero e o lebianismo, este último denota a radicalização extrema na recusa de um mundo patriarcal, pondo em questão o fundamento binário da heterossexualidade. A esse respeito, Irigaray e Freitas (2009) salientam que a invisibilidade das lésbicas jaz, portanto, nos princípios androcêntricos da inferioridade e da exclusão da mulher, que tem sido desvalorizada e desqualificada de seu capital social, em nome da hegemonia masculina. Hegemonia essa que desencadeou violências de gênero profundas em mulheres, criando diferentes escalas de discriminação. O fato é que a homogeneidade masculina e a lógica patriarcal também se fazem presentes na comunidade homossexual, na qual ocorre a invisibilidade das lésbicas (portanto, das mulheres) bem como das travestis, transexuais, transgêneros, queer’s. Assim, emergem os estigmas, os padrões sociais de conduta que marginalizam as diferenças com perspectivas inferiorizantes. Destarte, acreditamos que a busca por uma compreensão mais profunda das múltiplas diferenças sexuais e sua relação com o gênero é um possível caminho para coibir práticas de violência sexual/moral/simbólica na família, no trabalho e na vida social.

Horizonte Metodológico

O percurso ontológico que norteou nosso estudo se expressa na perspectiva construcionista social, que foca a interanimação dialógica, ou seja, o diálogo que se constrói na relação com o outro. De acordo com Spink (2000, p. 60) trata-se de “[...] identificar processos pelos quais as pessoas descrevem, explicam e/ou compreendem o mundo em que vivem, incluindo elas próprias”. Em termos metodológicos, realizamos um estudo qualitativo-biográfico, por meio do método de

história de vida e narrativas memoriais. Destacamos que a relação de pesquisa entre duas de nós (pesquisadoras) e a interlocutora Maria José, foi estimulada por vínculos de confiança mútua, construídos anterior ao processo de pesquisa, os quais permitiram a Maria José narrar e compartilhar com liberdade a sua própria história de vida. Bosi (2003, p. 69) configura que narrar a própria história é um modo de revivê-la, ampliando a possibilidade de (co)criar “novos modos de ser no mundo, a partir do vivido e do encontro com o outro; de incorporar o vivido, o passado que se faz presente”. Narrar, contar, reproduzir possibilita também ao sujeito sustentar o presente pela história incorporada, e projetar um futuro situando-se em relação a esse passado (GAULEJAC,1996). Nesse processo, assumimos que o sujeito narrador da história (no nosso caso, Maria José), não se limita a ser um "objeto" de pesquisa, mas um sujeito protagonista, que sustenta, a partir de suas vivências e experiências, a história social e o universo simbólico e subjetivo.

Importa destacarmos que a história de vida, que já foi duramente criticada pelo *mainstream*, supera sua condição marginal e passa a ser aceita de maneira mais efetiva nos anos 1980 (BERTAUX, 1993; DAVIS, 2003), como uma possibilidade de apreensão de informações no âmbito da pesquisa qualitativa. Para Queiroz (1991, p. 06) a história de vida é “o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu”. Portanto, a história de vida representa uma estratégia metodológica na qual os discursos e as narrativas dos sujeitos ganham um valor central para a compreensão dos fenômenos sociais (JAIME; GODOY; ANTONELLO, 2007). Ao contar a sua história, o sujeito tende a produzir outras significações para os fatos vividos, transformando-se a partir da narrativa, mudando a sua relação com a sua história. Segundo Bosi (2003, p. 45), narrar é mais que reviver o passado é, sobretudo, um ato de criação, de construção de novas possibilidades: “Ele evoca, dá voz. Faz falar, diz de novo o conteúdo de suas vivências. Enquanto evoca, está vivendo atualmente e com uma intensidade nova a sua experiência”.

As informações sobre a história de vida de Maria José nos foram repassadas

em três momentos empíricos distintos, por meio de entrevistas em profundidade que foram gravadas e posteriormente transcritas para análise, por meio das narrativas memoriais de Maria José e por meio da observação participante de duas de nós (pesquisadoras) que fazemos farte do cotidiano da entrevistada. As duas primeiras entrevistas aconteceram na residência de uma das irmãs de Maria e as outras duas em sua própria residência. No primeiro momento, solicitamos que ela nos contasse sobre as primeiras lembranças que tinha sobre sua vida, contemplando em especial sua família, sua infância, sua adolescência. No segundo momento, avançamos para outras fases que envolviam a vida adulta de Maria José, sua afirmação homossexual e entrada para o mercado de trabalho. Após discorrer sobre essas temáticas, solicitamos que ela nos relatasse momentos marcantes nos quais percebeu tratamento diferenciado por ser mulher e homossexual. Quanto ao segundo método utilizado, as narrativas memoriais, Lins (1999, p. 61) ressalta que “a memória é um desdobramento contínuo e singular que garante vários tipos de identidade”. O indivíduo se constrói e se reconstrói também pelas memórias que trás consigo. Para Prado e Soligo (2004), o memorial, do latim *memoriale*, é a escrita de memórias e significa momento ou escrito que relata acontecimentos memoráveis.

Logo que entramos em contato com Maria para verificar a possibilidade de sua participação em nosso estudo e ela aceitou e, solicitamos que iniciasse os memoriais. Ela deveria escrever quatro memoriais, abordando as seguintes fases de sua vida: infância, adolescência, vida adulta e vida profissional. Ela deveria nos entregar os memoriais somente após a última entrevista, optamos por não ter acesso antes para que nossa curiosidade pudesse ser contida e evitar direcionamentos. Objetivamos, com as narrativas memoriais, captar as lembranças ocultas que só vêm à mente em momentos de reflexão, que nem sempre são possíveis nas entrevistas, tendo em vista a urgência de resposta devido à presença das pesquisadoras. As informações obtidas no estudo foram tratadas por meio da análise do conteúdo da escuta da história narrada. Intencionamos não somente apreender a mensagem, mas também explorar o seu sentido, seus significados: o que se fala e como se fala, o que está explícito e o que está implícito, a linguagem

empregada e as dimensões enfatizadas no âmbito psico/subjetivo, afetivo/emocional, relacional/social.

A vida e as memórias de Maria José: entre a infância e a adolescência

Dizem que quem conta um conto inventa um ponto, mas em pesquisa científica esse ditado popular tem pouca aplicabilidade, pois nós cientistas sociais buscamos reflexivamente construir o conhecimento a partir de nossas práxis e de nossas vivências, intentando compreender analiticamente a realidade social, ainda que por viéses ontológicos e epistemológicos. Vale dizer que, especificamente essa experiência de pesquisa, além de conferir-nos um olhar mais sensível e humano em torno das questões levantadas, complementou nossa trajetória acadêmica nas discussões de gênero e nossa prática profissional pelos desafios impostos no decorrer do processo. Nossa entrevistada nos forneceu informações preciosas, íntimas e muito singulares sobre sua história, que nos forçou a revisar vários textos, livros e discursividades no campo, colocando em xeque nossas convicções preliminares e concepções.

“Eu sou metade Maria e sou metade José”

Essa foi a frase que despertou este estudo, mencionada por Maria em uma tarde de domingo, logo após o almoço em família. O que estava por trás dessa narrativa, naquele momento, era basicamente o interesse de sua própria autoafirmação. Mas quem é Maria e quem é José? Identidades múltiplas se atritando sobre um mesmo corpo? Uma representação do vazio entre o masculino e o feminino, ou uma junção impécavel e indissociável de ambos? Para quaisquer que fossem as perguntas, um caminho era necessário: mergulhar profundo nessa história de vida que reflete a história social de muitos indivíduos espalhados em todo o canto do mundo.

Nascida em julho de 1969, no interior do estado de Minas Gerais, Maria José veio compor uma família simples, de princípios e orientações tradicionais no que tange a perspectiva familiar, econômica, sexual e religiosa. Ela nasce em um

contexto social patriarcal, mas no fim de uma década que já sinalizava a emergência de movimentos feministas no Brasil e estudos e debates teórico-científicos preliminares sobre as questões de gênero. No seio de sua constituição familiar esse contexto externo ainda não se figurava, pois à sua primeira percepção, Maria José já se via em um mundo organizado pela ótica masculina e pela representatividade, domínio e poderio da figura paterna. Seu pai, aos seus olhos, era a representação da ordem familiar, a quem se atribuía a responsabilidade pela vida e pelo sustento de todos da casa e a voz soberada, sob a qual se deveria obediência inquestionável. A sua mãe, era a “mulher do seu pai”, que cuidava do lar, o que incluía os afazeres domésticos e a educação dos filhos. Ainda criança e com limitadas capacidades compreensivas, Maria já entendia que o pai mandava e a mãe acessorava e que eram nítidas as diferenças entre homens e mulheres. Contexto muito característico da sociedade patriarcal, que colocava a mulher no espaço do “outro” (BEAUVOIR, 1949) e o homem no centro das relações de dominação (SCOTT, 1989). As marcas do patriarcalismo estão circunscritas na constituição familiar de Maria José, nos mais minuciosos detalhes. Chamou-nos a atenção o fato de ela compartilhar (como parte de sua infância), um trecho da vida de sua mãe que, ao se casar, deixou o trabalho de professora no campo rural para dedicar-se ao marido e aos filhos. Em sua narrativa ela acaba normalizando esse ocorrido como um processo natural, subjulgado à maioria das mulheres da época. Todavia, a questão “família em detrimento do trabalho” se tratava de uma imposição social e do marido, e sob, a qual a mãe de Maria sequer tinha consciência e/ou poder para agir sobre. Mas o fato é que esse ocorrido marca a história de Maria José como mulher, talvez na medida em que ela toma consciência da subalternidade da mãe e subjulgação aos padrões de dominação masculinos experimentados na época. Acreditamos que não foi à toa que esse fato foi narrado e explorado em uma das entrevistas, o que talvez indique, a veneração e, ao mesmo tempo, temor que Maria demonstra ter construído em relação ao masculino.

Nos seus primeiros anos de vida, ela confessa que não se identificava totalmente nem como homem, nem como mulher e que, por hora, essas questões ainda lhe eram muito complexas. Quando chega ao mundo, dois irmãos já a

esperavam e ela cresceu na companhia desses até ganhar uma irmãzinha. Em meio às masculinidades dos seus irmãos e às feminilidades da sua irmãzinha, Maria se sentia no intermeio, nem totalmente mulher, nem totalmente homem, conforme confessa em um trecho de entrevista:

Tinha horas, sabe, que eu queria ser como os meus irmãos, sabe, essas coisas de meninos, né, de mandar nas brincadeiras, subir nas árvores mais altas, brigar na escola e fazer o mundo me respeitar, mas ao mesmo tempo eu queria, eu queria ser doce, meiga e indefesa como a Martinha. Eu era realmente diferente, mas não sabia porque... Na minha infância foi assim... tive muito esses conflitos. Mas, acho, tive uma infância feliz.

A narrativa de Maria José é carregada de representações em torno dos estereótipos sociais construídos sob o homem (masculino) e a mulher (feminino), como bem problematizou Touraine (2007). Pela cultura local e familiar, Maria José tratava separadamente “coisas de meninos” e “coisas de meninas” com uma distância e demarcação clara sobre cada um. Seu relato também sugere que, em meio a essas dualidade simbólicas que constroem as relações de gênero, ela vivenciou crises de identidade desde sua infância (nem totalmente mulher, nem totalmente homem), mas pelo seu discurso e memórias relatadas fica explícita sua admiração, veneração e identificação maior com o sexo masculino e sua representatividade de força, liberdade, poder, domínio, ordem, controle (tão característicos dos comportamentos de seu pai e seus dois irmãos), bem como sua negação ao feminino e a sua carga de opressão, submissão, fraqueza, dominação (presentes nas histórias de sua mãe e sua irmãzinha). Ainda que alguns estudos da época (quase no fim dos anos 1970) sugerissem que as mulheres iniciavam o movimento de luta por reconhecimento de direitos, como mostra Aranguren (1991), essa realidade estava longe de refletir mudanças nas relações homem/mulher que se teciam na família de Maria. Aos nossos olhos, a forte identificação de Maria José com o universo masculino estava presente em muitas das experiências relatadas que marcaram sua história de vida. Ao narrar essas experiências ela recorrentemente faz menção aos dois irmãos mais velhos, conforme consta nas narrativas memoriais:

Meus dois irmãos mais velhos eram verdadeiros amigos, um me protegia, o outro me estimulava à liberdade. Apesar de algumas brigas de criança a gente se amava, brincávamos juntos, comíamos juntos, dormíamos juntos, tínhamos muita afinidade. Comecei a gostar de aventuras com os meus irmãos. A gente pulava o portão lá de

casa que o meu pai trancava até com cadeado, e íamos brincar com as outras crianças na rua de queimada, de roubar bandeira, de beto, de pique, de cair no poço, de contar causos, de queda de braço e outras mais. Eu tinha que brincar com os meninos escondido, pois quando minha mãe via, eu levava uma surra com vara (trecho extraído das narrativas memoriais).

Quando Maria narra sobre a relação com os irmãos, o faz numa perspectiva de iguais, sugerindo que “aquele universo masculino” lhe pertencia também, ou seja, era parte de si mesma. Mais propriamente, era como se Maria estivesse tentando dizer que se sentia como eles (os irmãos), nos desejos, nas vontades, nas atitudes e comportamentos. Especialmente nas brincadeiras, ela se permitia a ousadia deles de “pular o portão”, ir para rua, negar a ordem imposta pelos pais. Mas ao externalizar isso, lhe vinha a dor pela coerção social, as punições, as “surras de vara”, que sinalizam tão dolorosamente a delimitação e a separabilidade entre homens e mulheres, sugerindo a eles a liberdade e a elas a privação. Dois universos paralelos, diferentes, e que, na analogia de Maria José, pareciam não se encontrar e serem destoantes, numa relação de dominação/subordinação, tão bem caracterizadas por teóricas como Rago (2004), Perrot (2007), Schmidt (2004), Saffioti (2004) e outras. Filha de pais tradicionais, ela alega que não teve uma vida fácil e as oportunidades nunca foram muito grandes, pois Maria José cresceu em meio às restrições ortodoxas de comportamentos e estereótipos da mulher. Desde pequena só podia brincar com bonecas, tinha que ajudar a mãe nos afazeres domésticos, aprender a cozinhar, a cuidar dos dois irmãos mais novos e crescer para casar e cuidar do marido. Essa dinâmica que Maria vivia, refletia o cotidiano de vida e de representações das mulheres, bem descrito e duramente criticado por Perrot (2007) em suas discussões sobre gênero. Ainda que houvessem esforços e práticas de resistência, os espaços para o feminino eram delimitados e bem restritos. Por pertencer a uma igreja evangélica, as restrições na vida de Maria José só se acentuaram. Ela conta que ainda bem pequena a sua mãe lhe ensinava a usar o véu para orar, alegando que as mulheres não podiam falar direto com Deus.

Era muito engraçado, eu lembro assim que quando eu era criança, não lembro quantos anos, mas eu era pequena e via minha mãe orar de joelhos no quarto com o véu na cabeça. Ela me ensinava a orar e me fazia colocar o véu, porque falava que a

gente não podia conversar com Deus sem a proteção do véu. Na igreja, também era assim, eu tinha que ir nos cultos e levar o véu para colocar na hora da oração.

Conforme narrado, a submissão da mulher estava explícita na vida social, na vida familiar e até na vida religiosa de Maria, que precisava usar o véu como forma de proteção para conversar com Deus. A mulher era de natureza tão pecaminosa que nem a Deus poderia dirigir-se diretamente e sobre isso, a fala de Maria demonstra claramente as conotações pejorativas impostas ao feminino, nas quais a mulher era considerada impura, desqualificada, irracional (NOVO, 2003), e lembrando São Tomás de Aquino, um homem incompleto, um ser ocasional (BEAUVOIR 1949). De tal modo, que a hegemonia masculina se configurava na família de Maria José, na escola, na igreja e no seu meio social.

A tradição familiar e patriarcal exercia um “peso” na vida dela, pois o querer e o poder conflitavam as decisões mais simples da vida social. Maria conta um episódio marcante em que ela queria vestir calças como seus três irmãos (pois nesse estágio ela já tinha ganhado o seu terceiro irmão), mas por ser evangélica, ela deveria usar somente saias longas, assim como sua irmã, sua mãe, suas tias e as irmãs da igreja, além de ter que manter os cabelos compridos. Enfatiza Maria José que as calças eram consideradas vestimentas de homem e, portanto, as mulheres não poderiam usar e as que usavam, estavam pecando contra Deus. Mas o tempo passou e ela, já aos treze anos, começa a questionar as orientações religiosas, culturais e sociais e pela primeira vez, pega a calça de seu irmão escondida e a usa como símbolo de conquista e liberdade, e porque não, masculinidade.

Eu apanhei do meu irmão por usar a calça, mas eu não me arrependo. Parece que naquele momento eu estava me libertando de preconceitos que eu carregava e não entendia porquê. Eu só queria ser livre, usar as roupas que bem entendesse, sair e não ter que dar satisfação a ninguém, sabe, essas coisas de adolescente. Eu gostei de me sentir como eles (homens). Foi a partir dessa época que vivi meus conflitos mais intensos (trecho extraído das narrativas memoriais).

Pelas narrativas apanhar envolvia pagar o preço pela transgressão. Mas o curioso, nessa fala, é que ela narra o fato sem demonstração de sofrimento, pesar, ou arrependimento. Pelo contrário, ao contar esse trecho, Maria se posiciona em seu discurso convicta de que apanhar por usar uma calça, valeu a pena, pois esse

ato a fez sentir-se como eles (homens), o que reconfigurou ainda mais a sua identificação com o masculino. Nesse âmbito da vida de Maria José a sexualidade ainda era fortemente reprimida quando se tratava de mulheres, apesar da eminência de manifestações dos movimentos feministas na década de 1980 contra as formas de opressão (BUTLHER, 2020). Entretanto, os ideais de sacralidade, docilidade, subordinação (ainda que contra a vontade de Maria José) vigoravam em seu meio social, influenciando sua fase de adolescência e colocando em xeque as questões de gênero e sexualidade, que como colocou Navarro Swain (2004), foram socialmente construídas com grande binarismo. É importante destacarmos que é na fase de adolescência que ela se percebe em processo de desenvolvimento de sua sexualidade e tal fase marcou profundamente a história de Maria José, que em meio às brincadeiras entre amigos, se descobre gostando de uma pessoa de mesmo sexo. Talvez esteja aqui o que ela denominou de conflitos mais intensos – a descoberta da sexualidade numa perspectiva contra-hegemônica e a indefinição de uma identidade de gênero constricta nos postulados impostos em torno do ser mulher e do ser homem. Ela explica o fato em uma de suas narrativas memoriais.

Eu tinha 13 anos de idade, e um certo dia brincando de pique esconde, me escondi junto com uma das meninas, quando ela se aproximou e me tocou, abraçando deu-me um beijo no rosto. Meu coração quase saiu do peito, minhas pernas ficaram trêmulas, não entendi nada. No outro dia brincamos novamente, nos escondemos juntas e ficamos trocando carinhos, e isso se repetiu por vários dias. Ela não mais saía do meu pensamento, sonhava com ela, então me apaixonei (trecho extraído das narrativas memoriais).

Ao que parece, a aproximação com a amiga e a permissão aos primeiros toques emergiram como respostas aos conflitos internos travados por Maria José, que na categoria biológica de mulher, com forte identidade com o gênero masculino, se viu na condição de uma mulher atraída por outra mulher. Acreditamos que a relação entre a sexualidade dela e a sua identidade de gênero começavam a ganhar forma, contra todas as convenções da época experimentadas na família, na vida social e na igreja. Agora sim, Maria José estava literalmente em pecados, ao julgo religioso do qual pertencia e totalmente fora do padrão convencional construído em seu meio, especialmente o familiar. Ela conta que seu primeiro romance durou

pouco, pois elas foram descobertas e afastadas por ambas as famílias, que até então não tinham ciência da situação. Maria alega que sofreu muito, pois sentia, além da vergonha (por fugir à normalidade), muitas saudades da proximidade e dos carinhos trocados com sua parceira. Inclusive ela destaca que não compreendia o motivo pelo qual aquela situação envolvendo ela e a amiga era considerada tão absurda, comparada a situação dos seus irmãos, que envolviam-se com diferentes meninas e esse processo decorria como perfeitamente normal.

Foi aí que começou as dúvidas, a guerra de pensamentos, minhas amigas da mesma idade gostavam de meninos e eu de meninas. Isso estava certo ou errado? Diante da religião, era pecado? Ainda não sabia que sentimento era aquele. Comecei a me questionar. Resolvi que beijaria um rapaz, então escolhi um amigo de meus irmãos. Amigo da família, era um rapaz muito bom, humilde e trabalhador. Um dia saímos todos, deixei que me beijasse, porque sabia que gostava de mim. Em vão, não consegui, tive nojo. Saí correndo. Continuei testando por algum tempo meninos e meninas. Sofri muito até que então descobri, era realmente de meninas que eu gostava, pois meu coração só palpitava por elas (trecho extraído das narrativas memoriais).

Nesse estágio da vida de Maria José, ela narra suas dúvidas entre o padrão socialmente construído da relação gênero/sexualidade (SARMET, 2018) e sua própria identidade, agora aparentemente definida como uma mulher não convencional e resistente a todo modo de dominação e subordinação, atraída por outras mulheres. Aparece aqui como questões de peso em sua análise: a opinião/aceitação da família, dos amigos, da igreja. Ela confessa que temia envergonhar seus familiares, pois o que ela sentia fugia dos padrões sociais da época. Temia o pessoal da escola, a vizinhança, os amigos e, principalmente, seu pai e sua mãe. Ela ainda demarca que em ambas as famílias (materna e paterna), não haviam casos de homossexualidade como o dela e conforme defendem Irigaray e Freitas (2009) a sexualidade tende a influenciar negativamente o trajeto pessoal e profissional de um indivíduo e parece que Maria José, desde muito cedo, entendia isso. Em um dos trechos da entrevista ela menciona que:

Eu não podia envergonhar a minha família, mas minha vida sexual falou mais alto. Foi aí que me revelei. Lembro com nitidez quando meu irmão contou para o meu pai: “Pai, ela gosta de mulher”. E ele me perguntou: “Isso é verdade?” Já decidida a me assumir perante todos, respondi: “Da fruta que o senhor gosta, eu como até o

caroço”. Fechei os olhos e esperei que ele me batesse. Porém, ele respondeu: “Ah, é melhor assim, não tem problema”. Nesse momento me realizei, pois ele era a única pessoa que poderia me condenar e não fez. A minha mãe até hoje não fala no assunto, mas eu a respeito.

Nesse trecho, muito íntimo e muito marcante da vida de Maria José, estão presentes grandes questões: (a) a cumplicidade com os irmãos (na medida que a eles era confidenciado a sua condição homossexual) e ao mesmo tempo a relação de conflito (quando eles a ameaçavam de contar sua intimidade a seus pais e exerciam sobre ela forte domínio); (b) o desejo interior de Maria de quebrar as amarras e assumir-se, ainda que contra o padrão hegemônico, em um contexto de forte repressão à mulher e aos homossexuais; (c) a forte identificação com a figura paterna (ainda que conflituosa pela dinâmica familiar). Especialmente aqui, o pai é colocado em uma centralidade quase que absoluta, como a única pessoa capaz de condená-la. Talvez porque inconscientemente Maria soubesse que ele não o faria; (d) a surpresa dela mesma pela coragem em confessar sobre si tão abruptamente e receber como resposta não a surra que imaginava, mas o acolhimento e a aceitação de seu pai resumidos na frase “*Ah, é melhor assim, não tem problema*”; e por último, mas não menos importante, (e) o seu incômodo diante do silêncio de sua mãe (no sentido de não falar sobre e não acolhê-la no papel que lhe cabia, naquele momento).

O pano de fundo desse desabafo, tem muito a ver com a afirmação identitária de Maria José como homossexual e com a aceitação, por parte do seu pai, de sua condição. Em outros trechos da entrevista e de suas narrativas, ela revive esse momento ao contá-lo (como assim defende Bosi (2003)), enfatizando a “grande conquista” pela aceitação por parte de seu pai, demasiadamente tradicional, religioso e apegado às convenções sociais. A verdadeira figura paternalista, de ordem, domínio e coersão, que na linguagem dela representava o ser soberano na família e a autoridade máxima sobre ela. E logo ele, tão soberano, a tinha aceitado? Quão significativo isso foi na história de Maria. Ela sabia que era a sua primeira filha (a sua menininha – “a buginha do pai” – apelido afetivo), a quem ele concentrava os sonhos de um casamento e filhos, haja vista que naquele contexto social e considerando a cultura familiar, essas eram as maiores aspirações

dos pais sobre as suas filhas – casamento e procriação (RAGO, 2004) - esse primeiro, como modo de proteger a mulher e os filhos (CAMPAGNOLO, 2020). Por isso, ela conta que a reação do seu pai lhe surpreendeu de tal modo, pois ela não esperava esse comportamento dele. Acreditamos que esse fato da vida de Maria José atuou positivamente no reforço à identificação dela com o universo masculino. Cumpre acrescentarmos que, nesse estágio, as questões ligadas à sexualidade de gênero já estavam em pauta, e movimentos sociais, lésbicos e homossexuais já aconteciam a todo vapor na sociedade, em busca da aceitação da diversidade de gênero (FREITAS; DANTAS, 2012; RUBIN, 2017). Em meados da década de 1980, Irigaray e Freitas (2009) asseguram que o Movimento LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros) já buscava esse reconhecimento,

De tal modo que parte da história de Maria José (infância e adolescência) estava marcada em paralelo a esses movimentos e mudanças sociais. Ela esclarece que os conflitos vivenciados e os avanços percorridos lhe fizeram abandonar a igreja, cortar o cabelo e vestir roupas masculinas, permitindo o seu desenvolvimento pessoal e sua afirmação enquanto sujeito feminino homossexual, abrindo caminhos para sua trajetória profissional.

Os desafios da vida adulta e profissional de Maria José

Evidenciado está que as relações de gênero são definidas histórica e culturalmente desde a origem do patriarcado, o qual mantém a primazia masculina e a necessidade do homem subordinar a mulher, definindo seus papéis na estrutura familiar (PERROT, 2007; TOURAINÉ, 2007). De acordo com Novo (2003), as mulheres, de modo geral, não tinham direito à vida pública, o que significava a impossibilidade do desfrute da sociabilidade dos bares, restaurantes, cafés e de determinados espaços de lazer e prazer, pelo menos, não nas mesmas condições que os homens. Entretanto, Maria José já não se deixava dominar por esses estigmas sociais, pois ao assumir sua posição homossexual, se assumiu como sujeito de sua história e como mulher contra a todas essas estereotipações. Apesar da convicção denunciada por Rago (2004) de que mulher boa era “mulher de

família”, que sabia bordar, cozinhar e parir, Maria se assumia como mulher, mas longe de todas essas demarcações e cada vez mais convicta da sua identificação com os afazeres masculinos, que envolviam força física, riscos, controle, domínio, dentre outras caracterizações. Maria se permitia desfrutar dos espaços de lazer, beber, fumar, praticar sexo, como comumente os homens de sua época faziam.

No que tange a vida adulta, ela ressalta a luta por espaços nos mais variados campos (família, social e trabalho). Um dos trechos da entrevista reforça essa perspectiva.

Iniciei minha vida adulta com coragem. Comecei a abrir o meu espaço, foi difícil! Mas fiz com que as pessoas me respeitassem e me aceitassem como eu sou (isso era a parte mais difícil), porque eu respeitava a todos também. Foi um momento crítico. Nessa fase, eu frequentava os bares da cidade... rrsrrsr. Virava noites em danceterias. Foi aí que me perdi, caí na gandaia, ficava com várias mulheres ao mesmo tempo. Pegava mais que meus irmãos, pois minha família já sabia.

Nessa narrativa, Maria se apodera de sua história e trajetória com movimentos de mudanças bruscas. Ela confessa que assumiu totalmente os estereótipos masculinos, o que incluía se destacar pela força física, manter os cabelos curtos, andar em companhia de homens, beber, fumar, transar. Para a época, esses eram comportamentos inadequados para mulheres. Por sua identificação com o masculino, ela não se incomodava mais com essas questões em torno da discriminação de gênero. Ela até satiriza com a expressão “*pegava mais que meus irmãos*”, em tons comumente machistas e com certa agressividade competitiva, o que Campagnolo (2020, p. 49) denominou em sua crítica de vícios morais e sob os quais descreveu, com base em Wollstonecraft, que “o homem sexual é o mais perigoso de todos os tiranos”.

O curioso é que parece que essa, digamos, tomada de atitude sobre sua vida tem a ver com a relativa aceitação de sua família em torno da sua condição homossexual. E que parte do que ela mesma julgou como exagero, está associada a uma certa rebeldia em contraposição ao social. Notamos que, mesmo diante de situações difíceis, discriminatórias e até opressivas, ela enfatiza que buscou respeitar as pessoas, para que delas recebesse o respeito que merecia. Outra mudança foi a iniciação na doutrina espírita, que lhe permitiu, segundo ela,

doutrinações que, desta vez, faziam sentido em sua vida.

Nesse contexto, além da doutrina espírita, o trabalho apresentava um significado especial para Maria José, uma vez que, por meio dele, ela adquiriu, primeiramente, independência financeira e, posteriormente, espaço social, respeito e reconhecimento profissional, o que lhe proporcionou mais segurança diante dos desafios que enfrentara. O fato de ser mulher e homossexual atuando no mercado de trabalho não era algo comum em uma época em que as mulheres estavam ainda adentrando esse mercado. Por ser homossexual, Maria estava ciente de que as dificuldades poderiam ser maiores. Mas decidiu encarar isso de frente, conforme relata.

Ao completar 18 anos fui trabalhar em um restaurante. Na minha entrevista de trabalho falei sobre minha questão sexual para meu futuro patrão que aceitou dizendo: “Da porta pra fora não tenho nada com sua vida, faça o melhor que puder aqui dentro”. E foi o que fiz, me tornei uma ótima profissional. Fiquei lá vinte e cinco anos. Claro que sofri alguns preconceitos, mas nada que eu não soubesse contornar (trecho extraído das narrativas memoriais).

Na narrativa de Maria José, a questão da aceitação social em torno de sua condição homossexual lhe era algo muito importante e definitivo, tanto que ela coloca isso até na perspectiva do patrão. Receber sua aceitação, explícita na expressão *“Da porta pra fora não tenho nada com sua vida, faça o melhor que puder aqui dentro”*, parece ter sido outra marca registrada na história dela, tal como foi o aceite de seus irmãos e seu pai. Não foi à toa que neste espaço ela construiu sua carreira profissional. No que se refere aos preconceitos vivenciados, Maria assinala em sua narrativa sobre a própria história que não sofreu homofobia, e conforme destacou Irigaray e Freitas (2009), as práticas homofóbicas e heterocêntricas impedem que os homossexuais vivam plenamente suas vidas afetivo-sexuais, criando barreiras para que os mesmos se insiram e ascendam no mundo corporativo. Todavia, acreditamos que essa é a história que ela quer contar sobre si mesma, talvez até na tentativa de não validar preconceitos vivenciados no trabalho. A esse respeito, ela fala de dificuldades gerais, mas não conta e nem fala nada muito específico sobre esse assunto.

Ela narra que após 25 anos na mesma empresa redefiniu sua carreira profissional. Deixou para trás sua trajetória na profissão de chefe de cozinha para

tornar-se instrutora de trânsito e professora de legislação. Trata-se de um período de significativa mudança em sua vida e ressignificações em torno de suas prioridades, as quais não cabem aqui ser exploradas. Todavia, cumpre atentarmos que essa atitude afetou não somente a sua carreira, mas também a forma com que ela se posiciona como mulher e homossexual na sociedade.

É engraçado. Quando paro pra pensar no quanto eu me tornei diferente com o tempo. Há uns vinte e cinco anos atrás, quando eu resolvi me assumir como homossexual, eu fazia questão de parecer homem, eu andava igual homem, falava igual homem, vestia igual homem e queria que todo mundo soubesse e percebesse que eu era lésbica. No trabalho então, eu fazia questão até de falar. Hoje não (...) O que me fez mudar foi minha companheira Aline. Um dia ela falou: “Se eu gostasse de homem eu não estaria com você. Então, você não precisa se parecer com homem”. Isso me fez repensar minhas atitudes e ver que sexualidade não tem nada a ver com parecer homem ou mulher. Aí eu comecei a fazer minhas unhas, usar brincos, calçar sandalinhas e eu tenho me sentido bem assim.

Especificamente essa narrativa, apesar da proposta de voltar-se para as questões dos dilemas em torno das relações de trabalho, externaliza sentidos de identificação com o feminino, aqui motivados pela figura de sua companheira-esposa. Maria reflete que os anos de sua vida vividos mais como José (universo marculino) que como Maria (universo feminino), lhe permitiram evoluções e reflexões que, desconstruíram em sua análise, o binarismo social em torno das relação gênero/sexualidade, tão perversas em termos de estereótipos para homens e mulheres (WOLF, 2020; BUTLER, 2020). Acreditamos que foram essas constatações e a validação do feminino em Maria, construído pela lente de Aline, especificamente com a defesa: “*Se eu gostasse de homem eu não estaria com você. Então, você não precisa se parecer com homem*” – que favoreceu a identificação de Maria José com o universo feminino. Esclarecemos que aqui denominamos de “universo feminino” os estereótipos sociais construídos em torno da mulher e de “universo masculino”, os estereótipos em torno do homem, considerando, inclusive, a própria demarcação que Maria constrói com base em sua trajetória. De tal modo para nós ficou que ser José envolvia: (i) *na infância/adolescência*: liberdade, domínio, imposição de poder, posse, escolhas, ordem; (ii) *na vida adulta e no trabalho*: entretenimento, reconhecimento profissional, liberdade sexual, autonomia financeira; (iii) *na vida madura*: controle sobre a própria vida,

mudanças, enfrentamentos. E ser Maria envolvia: (i) *na infância/adolescência*: ser dócil, obediente, do lar, dominada, ter filhos, obedecer o marido, não ter liberdade; (ii) *na vida adulta e no trabalho*: ser submissa, docilizadamente castra no sexo; invisível no trabalho; (iii) *na vida madura*: sentir-se bem e poder usar calça e brinco, ser homossexual e pintar as unhas, dentre outras permissões independentes de padrões sociais.

Inferimos ainda que entre ser José e ser Maria e nesses movimentos entre o masculino e o feminino que se avivam na história de Maria José está o desejo intrínseco de ser identificada como lésbica e ganhar espaço social e reconhecimento independente de padrão sociais. Os movimentos feministas, assim como os LGBTQIA + vêm há várias décadas buscando visibilidade numa sociedade masculinizada e heterossexualizada. Tais movimentos conseguiram, no decorrer do tempo, conquistar direitos até então a eles negados (FREITAS; DANTAS, 2012). Maria se revelou lésbica em uma época em que tal revelação era relativamente menos comum que na atualidade. Embora ela não tenha mencionado explicitamente isso, acreditamos que, no contexto atual, em que a sociedade caminha rumo a uma igualdade de gênero e respeito às diversidades, a necessidade de Maria José de se autoafirmar a todo o tempo e de todas as formas como lésbica foi ressignificada. A “rebeldia” de desejar mostrar a todos sua condição sexual, nada mais era que a forma que Maria encontrou para lutar contra os preconceitos e as discriminações que a acompanhavam e que por ora, ainda que com todos os movimentos e avanços sociais, ainda se reconfigurava em novas roupagens.

As desigualdades de gênero e a diversidade sexual pelas memórias de Maria José

Maria José ao relatar sobre as desigualdades de gênero sentidas em sua trajetória aponta para as crises mais simples sofridas na infância e adolescência, mais ao mesmo tempo mais profundas, como os estigmas de roupa de homem e de mulher, palavras/expressões de homem e de mulher, comportamentos de homens e de mulher. Coisas simples circunscritas nas desigualdades de gênero que afetaram sua construção como sujeito. Ela alega que as primeiras vezes em que se

sentiu discriminada foi pelo fato de ser mulher e não poder gozar dos mesmos privilégios que os homens. Essa denotação foi sentida ainda na família, no convívio com seus irmãos.

O maior preconceito que Maria informa ter sofrido por sua diversidade sexual, na condição de homossexual, foi também na família. Ela menciona sobre o silenciamento de sua mãe - que por longo tempo não ousou nem falar do assunto e sobre suas tias que choraram quando descobriram sua orientação sexual. Em sua memória, ficou registrado também as primas, que não puderam/quiseram mais conviver com ela após suas famílias tomarem conhecimento de sua situação. E o seu próprio pai, que mesmo não a coagindo diretamente, viveu toda a sua vida pregando que a relação de homens com homens e mulheres com mulheres era uma abominação a Deus. Assim, ficam configurados não só os preconceitos de gênero, mas de diversidade sexual na história de Maria José.

No seu primeiro trabalho, Maria informa que sofreu poucos preconceitos. Ela relata somente uma situação em que a discriminação ficou mais evidente.

Eu tive poucos preconceitos. Mas no meu primeiro emprego tinha meninas que tinham medo de mim. Tipo assim, elas não tomavam banho perto de mim, não se aproximavam muito, quase não conversavam comigo. Mas tinha outras que nem ligavam. Os homens nunca me trataram com discriminação. Mas acho que também não me tratavam como mulher.

Esses relatos nos evidenciam que o fato de ser mulher e lésbica coloca Maria José como alvo de preconceitos advindos mais de seus pares (feminismo perverso – como sugere Butler (2020), que do meio masculino, ou seja, acontecia com ela o oposto do que se observa nas organizações em relação ao trabalho de mulheres (confrontar-se com os preconceitos por parte de mulheres ao invés de homens). Curioso foi constatar que essa realidade se altera quando Maria José muda de trabalho (de chefe de cozinha – ambiente majoritariamente feminino, para instrutora de trânsito – ambiente majoritariamente masculino). Ela nos revelou que sofreu mais preconceitos por ser mulher no trabalho de instrutora do que por ser lésbica. Por assumir uma profissão ocupada em grande medida por homens, fez com que ela sentisse mais veementemente a discriminação por gênero que por orientação sexual. No início, Maria percebeu certos comentários preconceituosos e até violentos

de alunos (sexo masculino) em relação ao fato de aprenderem a dirigir com uma mulher (sexo feminino), todavia, ela enfatiza que com o passar do tempo foi ganhando a confiança desses alunos, como indica em um trecho da entrevista.

Na minha primeira aula de legislação ouvi um aluno fazendo um comentário. Ele disse que era “fria” aprender a dirigir com mulher e os outros deram risadas. Eu fiquei com medo. Pensei que pudesse ter problemas. No início os alunos homens evitavam me ter como instrutora, mas depois isso foi mudando. Depois da primeira aula é muito comum eles me falarem que gostaram da aula, que eu ensino bem, que eu dirijo igual homem (Risos). Eles falam em tom de brincadeira, sabe, mas eu acho que tem um fundinho de verdade (...) As mulheres não. Eu tenho muitas alunas mulheres, principalmente casadas. Nunca percebi nenhum tipo de diferença por eu ser mulher, nem por ser homossexual. Engraçado é que elas não me evitam...

“Mulher no volante, perigo constante”. É bem por aí que se explica o motivo pelo qual Maria vivenciou certo grau de preconceito em seu trabalho como instrutora pela condição de mulher. A ideia que se criou na sociedade sobre o fato de mulheres não serem boas condutoras reflete as discriminações de gênero. Conforme demonstrado em seu relato, os alunos homens se sentiam inseguros por serem orientados por uma mulher. É como se isso ferisse o ideal masculino. No entanto, ao realizarem as aulas e se darem conta de que “Maria” ensina tão bem quanto “José”, passam a confiar em seu trabalho. Nesse contexto, Maria parece não sentir o preconceito em relação as mulheres e deixa isso claro quando diz que elas (alunas) não a evitavam. Entremeio às desigualdades de gênero, às discriminações em torno da diversidade sexual e entre ser Maria e ser José, ela (re)escreve e (re)visita a sua própria história e, por fim, Maria José conclui que a sua é uma história de sucesso, construída por uma trajetória de lutas, enfrentamentos, resistências e certos ajustamentos sociais. Em suma, a história de Maria José é única, singular, íntima, marcante e muito expressiva, além do fato de ser representativa da história social de muitas mulheres lésbicas. É uma história de superação e resistência, incrita e modificada no tempo contra toda a ordem hegemônica e heteronormativa da mulher e da sua relação com a própria sexualidade.

Considerações finais

Não há como negar que obtivemos avanços no que se refere à busca de igualdade nas relações entre homens e mulheres na sociedade. Tais relações que foram e ainda continuam sendo, porém menos expressivamente, relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas e antagônicas; relações nas quais assiste-se às situações de opressão, violência simbólica e conflito social (HIRATA, 2002). São relações que atravessam a sociedade e se articulam com o conjunto de atividades sociais; implicam antagonismo ou conflito ligado as relações de dominação (FIGUEIREDO, 2001; PERROT, 2007), e podem ser modificadas historicamente (WOOLF, 2020; BUTLER, 2020).

A história social sobre as relações de gênero vem sendo escrita a partir de uma série de quadros de opressão, resignação, dominação, violência, subjulgação e impossibilidades, bem como de possibilidades para uma mudança social. Trata-se de uma história composta por singelos fragmentos em torno de trajetórias e histórias de vida singulares de mulheres, cujas experiências e enfrentamentos retratam um universo múltiplo e complexo que vai se acumulando e gerando possibilidades para que novas narrativas sejam contadas. Foi pensando assim que decidimos, nesse artigo, (re)contar a história de vida de Maria José, propondo uma reflexão em torno das desigualdades de gênero presentes na sociedade. Esta reflexão foi elaborada em meio a um esforço conjunto de discussão que enxerga e destaca a mulher como protagonista de sua história e memória. De tal modo, a história de vida e as memórias de Maria José a ensejam nesse protagonismo e ilustram como ela vivenciou a passagem de uma sociedade patriarcal para o contexto contemporâneo e as experiências decorrentes. Constatamos que Maria José sofreu ao longo de sua história problemas de identificação com o universo feminino, em razão dos efeitos da sociedade patriarcal, ao mesmo tempo em que demonstrou identificação com o masculino e seu ideal de dominação. Em suas memórias reavivam experiências de preconceitos e crises identitárias que se estendem até a adolescência, quando Maria se assume como mulher e lésbica. Suas narrativas demonstram que ela sofreu inicialmente repressões no seio da família, na vida social e menos expressivamente no trabalho, pois o contexto já

caminhava rumo à igualdade de gênero. Em resumo, Maria José conquistou o seu espaço como lésbica e como trabalhadora, e alegou que passou a ser respeitada e aceita, independente de sua sexualidade.

Observamos que inicialmente ela utilizou a “linguagem” masculina como forma de demonstrar para todos ao seu redor que ela não era a “menina meiga, delicada, que brincava de boneca e fazia comidinha para o marido que chegaria do serviço”. Essa linguagem em sua história a diferenciou consideravelmente das mulheres de sua época, que começavam a dar os primeiros passos rumo à emancipação. Hoje, após diversas mudanças sociais que proporcionaram maior liberdade às mulheres, Maria se permite voltar a usar a “linguagem” feminina. Portanto, a sua história se constroeu no atrito entre o masculino e o feminino e no entremeio por ora intermitente, por ora destoante, ela se vê metade Maria (em sua natureza biológica) e metade José (em suas construções histórico-sociais). Sua trajetória lhe permitiu constatar a si própria que não é mais necessário ser José (sociedade patriarcal), é possível ser Maria José (contexto atual), mulher, lésbica, espírita, trabalhadora, porém, protagonista de sua história.

É importante compreender que as diferenças biológicas entre os corpos masculinos e femininos são importantes no que se refere aos limites que cada um possui. No entanto, ao se tratar o gênero, essas diferenças não podem ser aceitas como explicação para justificar as desigualdades entre homens e mulheres vivenciadas na sociedade. E essas desigualdades não podem refletir em práticas discriminatórias nos campos sociais, como por exemplo, no âmbito organizacional e nem tampouco violar a relação delas com sua sexualidade.

Referências

ARANGUREN, M. N. Mirada Nueva – Problemas Viejos. In: *Mujeres y Sociedad: Nuevos Enfoques Teóricos y metodológicos*. Barcelona: Promociones e Publicaciones Universitarias, 1991.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo – Fatos e Mitos*. Trad. Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, vol.1, 1949.

BERTAUX, D. La perspectiva biográfica: validez metodológica y sus potencialidades.

IN: MARINAS, J.; SANTAMARINA, C. *La historia oral*. Madrid: Ediciones Debate, 1993.

BOSI, E. *O Tempo vivo da Memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução Renato Aguiar, 20ª Ed. Rio de Janeiro, 2020.

CABRAL, F.; DIAZ, M. *Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar*. Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte; Fundação Odebrecht. Belo Horizonte: Gráfica Editora Rona, 1999, p. 142-150.

CAMPAGNOLO, A. C. *Feminismo: perversão e subversão*. VIDE Editorial, 2020.

CAPPELLIN, P. Silenciosas e combativas: as contribuições das mulheres na estrutura sindical no Nordeste, 1976/1986. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Rebeldia e submissão* - estudos sobre condição feminina. São Paulo, Vértice, Revista dos Tribunais/ Fundação Carlos Chagas, 1989, p.255-312.

CASTELLS, M. *A era da informação: economia, sociedade e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, pag. 229-285.

CLARK, P.; ROWLINSON, M. The treatment of history in organization studies: towards a 'historic turn'? *Business History*. v. 46, n. 3, 2004.

COX, T. H.; BLAKE, S. Managing Cultural diversity: Implications for organizational competitiveness. *Academy of Management Executive*, v. 5, n. 3, 1991.

DAVIS, K. Biography as critical methodology. *Biography and Society. Research Committee 38 of the ISA*, 2003.

DEL PRIORE, M. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M.(Org.). *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto e Fundação UNESP, 2001, p. 141-188.

FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012, 379 p.

GEORGES, I. Entre Vida Doméstica e Vida Profissional. Engenheiras no Brasil e na França. IN: COSTA, Alberlina de Oliveira, et all. (Org.). *Mercado de Trabalho e Gênero: Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro, FGV, 2008, p.245:261.

HIRATA, H. Novas tecnologias, qualificação, divisão sexual do trabalho. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002.

IRIGARAY, H. A. R.; FREITAS, M. E. Sexualidade nas Organizações Brasileiras: Um Estudo sobre Lésbicas no Ambiente de Trabalho. *XXXIII ENANPAD*, São Paulo, 2009.

JAIME, P.; GODOY, A. S.; ANTONELLO, C. S. História de vida: origens, debates contemporâneos e possibilidades no campo da administração. In: *ENEPQ*, 1., 2007, Recife. Anais... Recife: 2007. p. 1-16.

NAVARRO-SWAIN, T. O que é lesbianismo. São Paulo: Brasiliense, 2004. (coleção primeiros passos, 313).

NKOMO, S.; COX, T. H. Diversidade e identidade nas organizações. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.

NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A.; ARAUJO, A. D. G.; PIMENTA, D. A. O. O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração. *Pesqui. prá. psicossociais [online]*. vol.12, n.2, 2017.

NOVO, M. La mujer como sujeto, ¿utopia o realidad? *Revista Polis*, vol. 2, n.6, 2003.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. Santa Catarina: *Revista Ciência Hoje*, n.28, 1987.

PERROT, M. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, p.09-39 e 109-133, 2007. PRADO, G. V.; SOLIGO, R. *Memorial de Formação: quando as memórias narram a história da formação*. Mimeo Unicamp, 2004.

PUTNAM, L.; FAIRHURST, G. Discourse analysis in organizations: issues and concerns. In: JABLIN, F. M.; PUTNAM, L. (Ed.) *The New Handbook of Organizational Communication*. Thousand Oaks: Sage, 2001.

QUEIROZ, M. *Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva*. São Paulo: Queiroz, 1991.

RAGO, M. Ser mulher no século XXI – ou carta de alforria. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). In: *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 31-42, 2004.

RIBEIRO, M. Relações Raciais nas Pesquisas e Processos Sociais: Em Busca de Visibilidade para as Mulheres Negras. IN: *A Mulher Brasileira nos Espaços Público e Privado*. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2004. p.86:105.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. *Bagoas*, n. 05 | 2010 | p. 17-44. p. 345.

RUBIN, G. *Políticas do sexo*. Trad. Jamille Pinheiros Dias. São Paulo: UBU, 2017.

SAFFIOTI, H. I. B. Gênero e patriarcado – violência contra mulheres. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e*

privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p.43-59, 2004.

SARMET, É. Feminismo lésbico. In HOLLANDA, H. B. *Explosão feminista*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SCOTT, J. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1989.

SHMIDT, S. P. Como e Por Que Somos Feministas. In: *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, n.12, set/dez. p.17-22, 2004.

SOIHET, R. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In SOIHET, R. *Gênero e Ciências Humanas. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate*. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro: Record, Rosa dos Tempos. 1997, p. 94-114.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos avançados*, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/PPDVW47HsgMgGQQCgYYfWgp/?lang=pt>> Acesso em: 02 jun. 2021.

SPINK, M. J. P. *Os Contornos do risco na modernidade reflexiva: contribuições da psicologia social*. Revista da Associação Brasileira da Psicologia Social – ABRAPSO, [S.l.], v.12, n. 12, jan./dez. 2000.

STEARNS, P. N. *História das Relações de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 15-40 e 235-251.

STEIL, A. V. Organizações, gênero e posição hierárquica – compreendendo o fenômeno do teto de vidro. *RAE*, São Paulo, v.32, n.3, p.62-69, jul/set, 1997.

TOURAINÉ, A. *O mundo das mulheres*. Petrópolis, RJ: Vozes, 207p. pag.15-40, 2007.

VÁRZEA, M. O feminismo no Brasil e OTTO, C. O feminismo no Brasil: suas múltiplas faces. *Resenha* do livro PINTO, C. R. J. Uma História do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 119p. (Coleção Histórica do Povo Brasileiro), 2003.

WITTIG, M. Não se nasce mulher. In HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista*-conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar dos tempos. 2019, p-83-94.

WOLF, N. *O Mito da Beleza*. Como as Imagens de Beleza são usadas contra as Mulheres. Trad. Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro. 15ª Ed, 2000.

WOOLF, V. *Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Coleção L&PM POCKET, vol. 1032, 2020.

Recebido em dez. 2020
Aprovado em dez de 2021.

